



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista **f**sa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 22, n. 10, art. 5, p. 100-117, out. 2025

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2025.22.10.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Libras na Educação do Campo: Um Passo para a Inclusão

Libras in Rural Education: A Step Towards Inclusion

Maria Jéssica Lima Borges

Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí
Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Instituto Federal do Piauí.

E-mail: maje25259@gmail.com

Denilson Pereira da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Piauí
Professor de Administração do Instituto Federal do Piauí – campus Teresina Central

E-mail: denilson@ifpi.edu.br

Laís Alves de Carvalho

Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí
Acadêmica de Letras LIBRAS/PARFOR pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: lalaisalves@hotmail.com

Endereço: Maria Jéssica Lima Borges

Universidade Rua João Ferreira S/N CEP.: 64535-000,
Inhuma/PI, Brasil.

Endereço: Denilson Pereira da Silva

Instituto Federal do Piauí - Praça da Liberdade, 1597,
Centro, CEP.: 64000-040, Teresina/PI, Brasil.

Endereço: Laís Alves de Carvalho

Rua Professor João Paulo, 176, Nova Esperança, CEP.:
64180-000, Esperantina/PI, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues

Artigo recebido em 20/09/2025. Última versão
recebida em 29/09/2025. Aprovado em 30/09/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar a respeito da inclusão da Libras nas escolas do campo, tendo em vista que a Libras é uma língua brasileira de sinais reconhecida desde 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e foi promulgada da Lei nº 10.436. O objetivo geral do estudo é analisar as principais discussões que cercam a Inclusão da Libras na Educação do Campo. Como objetivos específicos: identificar os principais desafios e obstáculos para a inclusão da Libras na Educação do campo; discutir os benefícios da inclusão da Libras na Educação do Campo para a educação inclusiva, a promoção da educação bilíngue; e destacar a importância da formação de professores para o uso da Libras e para a inclusão de pessoas surdas na Educação Básica. O estudo é de cunho descritivo, no qual a pesquisa realizada é de natureza qualitativa e bibliográfica e os dados coletados foram realizados através da análise temática. A pesquisa que revelou deficiências na educação rural em comparação com a educação urbana, principalmente devido à falta de formação de professores e intérpretes. No entanto, ressalta que a inclusão de alunos surdos nas escolas rurais é benéfica, desde que seja uma educação bilíngue que leve em conta a realidade do campo. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que escolas e professores estejam preparados para receber esses alunos. Este estudo pode servir de segmento para pesquisas futuras no campo da Libras e da Educação do Campo.

Palavras-chave: Libras. Educação. Inclusão. Campo.

ABSTRAT

This article aims to address the inclusion of Libras in rural schools, considering that Libras is a Brazilian sign language recognized since 1996 by the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and was enacted by Law no. 10,436. The general objective of the study is to analyze the main discussions surrounding the Inclusion of Libras in Rural Education, and as specific objectives, to identify the main challenges and obstacles to the inclusion of Libras in Rural Education. Discuss the benefits of including Libras in Rural Education for inclusive education, the promotion of bilingual education and highlight the importance of teacher training for the use of Libras and for the inclusion of deaf people in Basic Education. The study is descriptive in nature, in which the research carried out is qualitative and bibliographic in nature and the data collected was carried out through thematic analysis. The research that revealed deficiencies in rural education compared to urban education, mainly due to the lack of training of teachers and interpreters. However, he emphasizes that the inclusion of deaf students in rural schools is beneficial, as long as it is a bilingual education that takes into account the reality of the countryside. For inclusion to be effective, it is essential that schools and teachers are prepared to receive these students. This study can serve as a segment for future research in the field of Libras and Rural Education.

Keyword: Pounds. Education. Inclusion. Field.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas surdas na educação ao longo da história é marcada por desafios e avanços significativos. Durante muito tempo, a educação de surdos era vista como uma tarefa impossível, e muitos acreditavam que a língua de sinais, usada naturalmente pela comunidade surda, não era uma língua "real" e não poderia ser usada como meio de instrução.

Especialmente na década de 1960, houve uma maior valorização da língua de sinais e o reconhecimento de que a comunicação visual é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos surdos. Esse período também marcou a luta por uma educação bilíngue para surdos, que reconhece a língua de sinais como língua natural e promove a aquisição da língua oral como segunda língua.

Foi finalmente com a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que a língua de sinais passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, o que reforça a importância da sua utilização na educação de surdos.

A partir daí, foram feitos esforços significativos para a inclusão de pessoas surdas na educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, por exemplo, reconheceu a língua brasileira de sinais (Libras) como uma língua oficial do Brasil e garantiu o direito à educação bilíngue para surdos. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que a inclusão de pessoas surdas na educação básica seja uma realidade em todo o país.

Desse modo, a problemática relacionada ao ensino de Libras na educação do campo pode estar relacionada à valorização, de fato, da língua de sinais como uma língua natural e legítima, bem como à falta de políticas públicas efetivas para a promoção da inclusão de alunos surdos na escola regular. Além disso, a falta de capacitação de professores e a falta de materiais adequados para o ensino de Libras são obstáculos para a plena inclusão dos alunos surdos na escola. A ausência de intérpretes de Libras e a falta de acessibilidade nas escolas, sobretudo do campo, também podem ser desafios a serem superados para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a temática no âmbito educacional, por se tratar de um tema de grande relevância social, tendo em vista a importância da Libras e sua inclusão na educação, especialmente em escolas do campo. Tal inclusão é fundamental para garantir o acesso a uma educação de qualidade à comunidade surda e representa um passo importante para a promoção de uma educação bilíngue.

A língua de sinais constitui uma forma de expressão cultural e de identidade da comunidade surda, e sua valorização contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diferenças. Além disso, pode favorecer a formação de cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de compreender e valorizar a diversidade cultural e linguística presente em nossa sociedade.

Para a comunidade acadêmica e científica, este estudo contribui para a produção de conhecimento na área da educação inclusiva, especialmente no que se refere à inclusão de pessoas surdas na Educação do Campo. A discussão sobre a importância da Libras na Educação Básica do Campo pode incentivar a realização de novas pesquisas e estudos sobre o tema, promovendo avanços nas áreas da educação e da linguística aplicada.

Outra vantagem na escolha do tema é a possibilidade de contribuir para o avanço do conhecimento e para a sociedade. Temas pouco explorados frequentemente representam lacunas no saber e podem ser investigados para preenchê-las, gerando conhecimentos novos e socialmente relevantes.

No caso específico do trabalho com o título "LIBRAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PASSO PARA A INCLUSÃO", é importante ressaltar que a inclusão da língua de sinais na educação é um assunto relevante e atual, mas ainda pouco conhecido pela maioria das pessoas. Esse tema pode ser abordado de diversas formas, incluindo aspectos históricos, sociais, culturais e pedagógicos, o que permite uma análise profunda e abrangente sobre a importância da Libras na sociedade e na educação.

Tudo isso despertou o interesse pessoal desta pesquisadora pelo assunto, por vislumbrar neste estudo uma oportunidade importante para que se possa ampliar o seu debate e, a partir dos achados da pesquisa, suscitar outros estudos futuros.

Nessa direção, o objetivo geral é analisar, a partir de estudos acadêmicos, as principais discussões que cercam a Inclusão da Libras na Educação do Campo. E como objetivos específicos: identificar os principais desafios e obstáculos para a inclusão da Libras na Educação do campo, incluindo questões políticas, econômicas, culturais e educacionais; discutir os benefícios da inclusão da Libras na Educação do Campo para a educação inclusiva, a promoção da educação bilíngue e para o desenvolvimento dos surdos como cidadãos plenos e autônomos; e destacar a importância da formação de professores e educadores para o uso da Libras e para a inclusão de pessoas surdas na Educação Básica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos de Inclusão e Língua Brasileira de Sinais

Sabe-se que o acesso à educação é um direito assegurado pela Constituição Federal, mediante a oferta de ensino obrigatório e gratuito. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelece que a educação é um processo contínuo e permanente, devendo ser oferecida, de forma regular e obrigatória, a todas as crianças a partir dos quatro anos de idade. Além do acesso, a LDB determina que é dever do Estado garantir a permanência dos alunos na escola.

Para que essa permanência aconteça é necessário que o sistema educacional esteja preparado para receber todos os alunos, propiciando os meios e vencendo as barreiras de tal modo que contribua para a construção de uma educação mais inclusiva e acessível a todos.

A inclusão tem um papel primordial nesse momento, pois se refere à criação de um ambiente em que todas as pessoas, independentemente de sua origem, condição social, raça, gênero, orientação sexual, idade ou capacidade física ou mental, são valorizadas, respeitadas e têm suas necessidades atendidas. Na prática, isso significa garantir o acesso equitativo a oportunidades, recursos e serviços, bem como a promoção da igualdade de direitos e tratamento justo para todas as pessoas. Nesse sentido, Barros, Junior e Cassiano (2018, p. 8) falam que:

Inclusão é a garantia ao acesso contínuo à vida em sociedade, sociedade esta, que deve estar apta a desenvolver relações de acolhimento às diferenças de cada indivíduo, empenhando-se em igualar as oportunidades de desenvolvimento com qualidade, aos portadores de necessidades especiais.

Desse modo, a inclusão da pessoa com deficiência é prevista na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na qual seu Art 1º fala que é:

Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O movimento da educação inclusiva, apoiado pela Declaração de Salamanca (1994), defende que a escola deve ser um espaço de convivência e aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística. De acordo com Lacerda (2006, p. 167),

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

Desse modo, uma educação inclusiva envolve a adaptação do ambiente escolar, da metodologia de ensino e dos recursos pedagógicos para atender às necessidades de cada aluno, promovendo a igualdade de oportunidades. Essa abordagem valoriza a diversidade e o respeito pelas diferenças individuais.

Algumas pessoas com surdez possuem uma forma diferente de comunicação em comparação aos indivíduos ouvintes. Isso ocorre porque esses indivíduos surdos não têm a experiência de ouvir os sons das palavras, o que faz com que eles não consigam emití-las oralmente. Em vez disso, eles utilizam gestos e a linguagem visual para se comunicarem de forma eficaz.

Dessa forma, a comunicação com pessoas surdas exige habilidades distintas daquelas utilizadas na comunicação oral, como a capacidade de interpretar e transmitir informações por meio de sinais e expressões faciais. É importante ressaltar que a comunicação gestual e visual constitui uma forma válida e eficaz de interação, e que a inclusão de pessoas surdas deve ser uma preocupação coletiva, a fim de garantir que tenham acesso equitativo a informações e recursos.

A língua de sinais é uma língua visual-gestual que é usada por pessoas surdas e com deficiência auditiva para se comunicar. Ela é composta por um conjunto de sinais que são feitos com as mãos, expressões faciais e movimentos corporais. Porém, alguns autores defendem que a língua de sinais precisa ser mais difundida, a fim de que alunos consigam participar mais plenamente do processo educativo:

[...] a língua de sinais ainda precisa ser difundida na sociedade para que sejam garantidos ao surdo os espaços de que ele, enquanto cidadão, necessita. Embora a

escola esteja assumindo a função de espaço para o surdo interagir em sua própria língua, isso ainda é muito pouco, porque ela também é uma instituição que tem a função de transmitir conhecimentos específicos e forma socialmente o cidadão (FARIA, *et al*, 2011, p. 184).

No Brasil, temos a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua visual-espacial utilizada pela comunidade surda. A Libras é um sistema linguístico completo e complexo, com gramática, vocabulário e cultura próprios. Desde 2002, é reconhecida como uma das línguas oficiais do país e protegida pela legislação brasileira. A promoção da inclusão de pessoas surdas na sociedade envolve o uso da Libras como meio de comunicação, garantindo que tenham acesso a informações e possam interagir com outras pessoas de forma igualitária.

Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua natural e possui estrutura gramatical própria, com regras e peculiaridades que a diferenciam das línguas orais-auditivas. É a língua materna das pessoas surdas no Brasil e, por isso, é fundamental reconhecê-la e valorizá-la como uma língua de pleno direito.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua natural, com estrutura gramatical própria e rica expressividade, que tem como suporte a visualidade e a gestualidade. É a língua materna das pessoas surdas e sua aprendizagem é essencial para a inclusão e participação social dessas pessoas, além de ser um direito garantido por lei. (BARBOSA, 2017)

O reconhecimento e a valorização da Libras são importantes para garantir o acesso à comunicação e à informação para as pessoas surdas, bem como para promover a inclusão social e a igualdade de direitos. É essencial que as políticas públicas e as instituições educacionais estejam atentas à necessidade de oferecer formação em Libras na educação básica e para os profissionais que atuam com pessoas surdas, bem como para conscientizar a sociedade sobre a importância de respeitar e valorizar a diversidade linguística e cultural.

2.2 Políticas Públicas para A Inclusão do Ensino de Libras na Educação

A inclusão da Libras na Educação não se limita apenas à inclusão da língua como disciplina curricular, mas envolve também a necessidade de garantir a acessibilidade e a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva em todos os aspectos da vida escolar. Isso inclui a disponibilização de recursos de acessibilidade, como intérpretes de Libras,

legendas em vídeos, materiais didáticos adaptados e outras tecnologias assistivas, além da formação adequada de professores para o ensino da língua e o atendimento às necessidades desses alunos.

No Brasil, a inclusão da Libras como disciplina curricular na Educação Básica é garantida pela Lei nº 10.436/2002, que reconhece a língua como oficial da comunidade surda e estabelece sua utilização e difusão em todo o território nacional. Além disso, a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), obriga a inclusão da Libras como conteúdo curricular nos cursos de formação de professores em todos os níveis e modalidades de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Ministério da Educação em 2008, também prevê a inclusão da Libras como disciplina curricular nas escolas da Educação Básica, bem como a disponibilização de intérpretes de Libras para alunos surdos ou com deficiência auditiva.

No entanto, apesar das legislações e políticas públicas em vigor, a inclusão da Libras ainda enfrenta desafios e obstáculos, como a falta de formação adequada de professores para o ensino da língua, a falta de materiais didáticos e pedagógicos adequados e a falta de estrutura nas escolas para atender às necessidades dos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

É importante salientar que a inclusão da Libras é um direito assegurado pela legislação brasileira, sendo necessário promover ações que garantam sua efetiva implementação e o acesso de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades. A inclusão da Libras na Educação Básica representa um passo fundamental para a promoção da inclusão e para a garantia do direito à educação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.3 A Educação do Campo

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que surgiu na década de 1990, com o objetivo de garantir educação pública e de qualidade para os sujeitos do campo, respeitando seus conhecimentos, saberes, modos de produção e cultura. Ela foi inserida na agenda política e na política educacional brasileira com a aprovação da LDB 9394/96. Essa lei reconheceu a necessidade de adequação curricular e metodológica ao meio rural, bem como de flexibilização da organização escolar e do calendário letivo.

A educação do campo, como movimento social e político, teve seu marco fundacional no Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

(ENEERA), realizado em Brasília em 1997. Este evento foi resultado de transformações no comportamento político, social e cultural dos camponeses, que passaram a reivindicar uma educação que atendesse às suas necessidades e realidades específicas.

Dessa forma, a LDB (1996) disciplinou uma escola para o meio rural, que aqui cito:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, 1996).

A educação do campo, sendo assim, é uma abordagem educacional que busca atender às necessidades específicas das populações que vivem em áreas rurais ou no campo. Ela reconhece que as comunidades rurais têm características, culturas e desafios diferentes em comparação com as áreas urbanas e, portanto, propõe um modelo de ensino que leve em consideração essas particularidades. “A Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (CALDART, 2009, p. 39). Desse modo,

[...] nasceu dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, construindo comunidades políticas, determinando seus destinos na construção de duas ideologias, suas visões de mundo (Souza, 2006, p. 16).

De acordo com Caldart (2009, p. 39):

Tratou-se primeiro de uma crítica prática: lutas sociais pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela acontece. É fundamental considerar para compreensão da constituição histórica da Educação do campo o seu vínculo de origem com as lutas por educação nas áreas de reforma agrária e como, especialmente neste vínculo, a Educação do campo não nasceu como uma crítica.

Desse modo, pode-se dizer que a Educação do campo tem como objetivo garantir o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica para as populações do campo. Ela também busca promover a formação integral dos estudantes, a valorização da cultura e dos saberes do campo e a participação dos sujeitos envolvidos na construção do processo educativo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento científico desempenha um papel fundamental no meio acadêmico, pois permite que o pesquisador vá além do senso comum e produza novos conhecimentos que têm o potencial de transformar a realidade. Nesse sentido, Clark e Castro (2003, p. 67) defendem que “a pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente”. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo produzir conhecimento científico e contribuir para o avanço do entendimento sobre um determinado assunto.

Quanto ao objetivo, a presente pesquisa será um estudo descritivo, um tipo de pesquisa que tem como objetivo principal descrever e analisar uma determinada situação, fenômeno ou grupo, sem interferir ou manipular as variáveis em questão.

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2022, p. 42).

Para os fins pretendidos neste estudo, desenvolver-se-á uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada por buscar compreender e descrever a complexidade e a subjetividade de determinado fenômeno ou situação. Segundo Minayo (2001, p. 22):

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto ao procedimento técnico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de materiais já elaborados, constituídos por artigos científicos em língua portuguesa, atualmente disponíveis na Internet. Esses artigos foram selecionados nas plataformas acadêmicas Google Acadêmico e SciELO, referentes aos últimos dez anos, utilizando-se palavras-chave relacionadas ao tema: Libras. Educação básica. Inclusão. Campo.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica é feita

a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A análise temática consiste em uma técnica de análise de dados qualitativos que busca identificar padrões de significados nos dados coletados. De acordo com Braun e Clarke (2006, p. 3), “através da sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo de dados”.

Esta pesquisa pode oferecer contribuições significativas para o campo científico ao fornecer evidências empíricas sobre a eficácia do ensino de Libras na Educação Básica do campo, voltado à inclusão. Além disso, o estudo pode favorecer o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de ensino e aprendizagem de Libras para crianças em idade escolar.

No âmbito social, a pesquisa também pode promover a conscientização sobre a importância da inclusão de pessoas surdas na Educação Básica e em outros contextos, contribuindo para a redução de processos de exclusão.

Ademais, poderá fortalecer políticas e práticas educacionais relacionadas ao ensino de Libras, assegurando que crianças surdas e ouvintes tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades equitativas de desenvolvimento educacional e profissional. Em síntese, o estudo busca contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e diversa, beneficiando tanto pessoas surdas quanto ouvintes.

No que diz respeito à seleção dos documentos para análise e discussão dos dados, o processo ocorreu em diferentes etapas: etapa 1 – Identificação: foram encontrados, ao todo, 30 artigos. Etapa 2 – Triagem inicial: após a leitura dos títulos e resumos, 13 artigos foram selecionados para a etapa seguinte, enquanto 17 foram descartados por não se aproximarem da temática proposta. Etapa 3 – Triagem final: após a leitura integral dos textos, 5 artigos foram excluídos por não se enquadrarem na temática do presente estudo, permanecendo 8 que apresentavam relação direta com o tema. Etapa 4 – Inclusão: foram incluídos 5 artigos que atendiam aos critérios estabelecidos, abordando a educação de surdos no contexto educacional do campo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste estudo, buscou-se analisar, por meio de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, como as pesquisas científicas abordam a educação de Libras no contexto educacional do campo. Para isso, foram selecionados cinco trabalhos relacionados ao tema deste artigo — entre artigos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso —, apresentados no Quadro 1, seguidos da discussão dos dados obtidos.

Quadro 1 – Documentos sobre o tema do artigo: Libras na Educação Básica do Campo: Um Passo para A Inclusão

Autor/Ano	Tipo de documento	Título	Local de Publicação
FRANCELINO (2020)	Trabalho de Conclusão de Curso	EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONFLITOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
MOTA (2019)	Artigo	EDUCAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO RURAL: A REALIDADE DE UMA ESCOLA INCLUSIVA	Revista Educação e Ciências Sociais
LEITE; SANTOS (2018)	Artigo	A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR	Universidade Federal de Alagoas - UFAL
CAMURÇA; SILVA (2015)	Dissertação	INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS NAS ESCOLAS CAMPO	Universidade Federal da Paraíba
MOURA; SOARES (2013)	Artigo	SURDEZ EM FOCO: UMA EXPERIÊNCIA EM ESCOLA DO CAMPO	Universidade Federal de Santa Maria- UFSM

Fonte: Autores da Pesquisa, 2024.

Francelino (2020) chama a atenção em seu estudo quando fala que a educação do campo é uma modalidade de ensino que precisa ser mais valorizada. De acordo com a autora, nos últimos anos, tem havido um aumento no número de escolas do campo que estão sendo fechadas, o que tem deslocado estudantes para os centros urbanos. Essa situação gera desigualdades educacionais, pois os estudantes do campo têm suas próprias realidades e saberes, que são muitas vezes ignorados na educação urbana.

Como observado, a redução no número de alunos matriculados em escolas do campo está relacionada ao fechamento de um grande número dessas instituições nos últimos anos. Tal processo pode ser resultado da ausência de políticas públicas eficazes ou da falta de interesse dos governantes em manter escolas em áreas rurais, que, em geral, apresentam um número de estudantes inferior ao das escolas urbanas.

Com base em seus estudos, verificou-se que é de extrema importância garantir aos alunos surdos uma educação que promova seu pleno desenvolvimento. Trata-se de um direito fundamental desses alunos terem acesso a uma aprendizagem de qualidade, em condições de igualdade com os demais. Para isso, segundo a autora, é necessário que as escolas disponibilizem profissionais intérpretes para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a educação do campo, Camurça e Silva (2015) afirmam que:

A educação do campo sempre foi excluída não diretamente das políticas públicas, mas com problemas de investimentos por parte do governo. A exclusão dos povos do campo não é de hoje, já vem de muitos anos, onde muitos movimentos no campo aconteceram, mas em grande maioria sem retorno, ou sem sucesso.

Além disso, o estudo dos autores frisa o quão as escolas do campo vivem em uma situação precária em relação às escolas urbanas, principalmente no que concerne a profissionais capacitados para lidar com alunos com deficiência.

Apesar de existir a lei e de já estar sendo exercida há alguns anos, vemos que ainda hoje na atualidade, muitos professores não têm preparação para lidar com pessoas com algum tipo de deficiência, principalmente os surdos, que tem uma língua própria, mas que muitas pessoas não conhecem, e não sabem se comunicar, e nem se interessam em aprender (CAMURÇA; SILVA. 2015. p. 30).

Acrescentam também que na maioria das escolas não há intérpretes em sala de aula, o que contribui para o abandono escolar entre estudantes surdos. Diante dessa realidade, muitos acabam buscando matrícula em instituições especializadas, onde podem conviver com outros alunos surdos. Existem professores qualificados, inclusive surdos moderados, que conseguem falar e ouvir um pouco, mas ainda é uma quantidade reduzida nas escolas regulares.

Apesar dos impasses que cercam a educação do campo, Leite e Santos (2018) analisaram a inclusão de pessoas surdas nas escolas do campo. Eles concluem que a educação do campo é um espaço propício para a inclusão de surdos, mas que é necessário que ela seja bilíngue e contemple a realidade do campo e o dia a dia dos alunos. Leite e Santos (2018) afirmam que:

A educação bilíngue no contexto educacional do campo implica em desenvolver a aprendizagem da criança surda por meio da LIBRAS, tomando por base os conhecimentos de mundo vivenciados por essas crianças, na realidade campesina à qual pertencem (LEITE; SANTOS, 2018. p. 29).

Moura e Soares (2013) também afirmam que, apesar das dificuldades encontradas na inclusão de surdos, se percebe uma maior facilidade na escola do campo para que essa inclusão aconteça, pois a relação próxima existente entre a comunidade escolar faz com que pais, alunos e professores mantenham um diálogo de compreensão sobre a questão da inclusão dentro da escola.

Em relação à educação bilíngue, Francelino (2020) destaca que:

Essa proposta bilíngue advoga que não privilegia uma língua, mas busca dar condições às pessoas surdas de desenvolverem-se em língua de sinais e, posteriormente, na língua oficial do país, podendo usar a modalidade oral-auditiva e/ou escrita. Assim, também é importante ressaltar que a Conferência da Unesco, em 1951, determinou que o sujeito que usa uma língua diferente (a majoritária do país) tem o direito de ser educado em sua própria língua, conforme o projeto educacional bilíngue.

A educação bilíngue no contexto educacional do campo implica desenvolver a aprendizagem da criança surda por meio da Libras, tomando por base os conhecimentos de mundo vivenciados por essas crianças na realidade campesina à qual pertencem.

De acordo com Mota (2019), a presença de estudantes surdos em salas regulares de aula traz benefícios não só para eles, mas também para seus colegas. Além de aprender a conviver com as diferenças, os alunos ouvintes muitas vezes se mostram interessados em aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras). “Em nosso entendimento, a escola não poderia perder oportunidade de ensinar Libras para todos, para que a comunicação se ampliasse e se consolidassem as práticas de inclusão” (MOTA, 2019, p. 164).

Além disso, observa-se no seu estudo que a inclusão escolar é um processo que requer mudanças curriculares e capacitação de profissionais. Para que a inclusão seja efetiva, é preciso que a escola seja um espaço aberto e inclusivo, onde todos os alunos,

independentemente de suas peculiaridades, tenham espaço para aprender. Além disso, é importante desmistificar preconceitos enraizados em nossa sociedade.

Considerando essa realidade, é preciso buscar metodologias e estratégias que promovam o desenvolvimento autônomo, a reflexão e a criticidade dos estudantes, para que a escola contribua para a construção de uma sociedade mais justa.

De acordo com Moura e Soares (2013. p.9):

Quando falamos em inclusão de surdos, falamos na aquisição de LIBRAS não somente pelo aluno, mas sim por professora e colegas. A realização das aulas em LIBRAS privilegiou sempre trazer o contexto e realidades do campo, que eram conhecidas pela aluna. Partido então de produtos cultivados em casa, da localidade onde mora, de objetos diários a inserção da LIBRAS tanto no atendimento como nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Desse modo, a Libras é uma língua que deve ser estudada e levada mais a sério. Essa é uma língua que não pode ser aprendida em poucos meses, pois é como aprender o português, uma língua que aprendemos desde a infância, até a fase adulta, e por isso deve ser incluída na educação básica. O surdo tem o direito de aprender sua língua, a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Portanto, de acordo com Camurça e Silva (2015), as escolas regulares que atendem alunos surdos devem oferecer um ensino bilíngue, em Libras e na modalidade escrita da língua portuguesa, de forma que esses alunos possam desenvolver plenamente suas habilidades linguísticas e cognitivas.

Com os achados da pesquisa, notou-se que a educação do campo, no geral, possui algumas carências, principalmente, em comparação com a educação das escolas urbanas. Isso, sobretudo, devido à falta de capacitação de professores e de intérpretes. Porém, foi observado que a inclusão de alunos surdos nas escolas do campo é algo positivo e a presença de alunos surdos nas salas de aula traz benefícios para todos. Entretanto, deve ser uma educação bilíngue e que contemple a realidade do campo, pois, para que a inclusão aconteça de fato, como visto, é necessário que a escola e os professores estejam preparados para receber esses alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar, com base nos estudos analisados, as abordagens que envolvem a inclusão da Libras na Educação do Campo. Nesse sentido, buscou-se compreender os desafios de sua implementação nas escolas do campo e identificar seus benefícios, especialmente no contexto da educação bilíngue. Além disso, procurou-se

evidenciar, a partir dos estudos, a importância da formação de professores para o uso da Libras e para a inclusão de pessoas surdas na Educação Básica.

Verificou-se que a Educação do Campo necessita de maior valorização, de modo que todos os alunos — especialmente os surdos — tenham acesso a uma educação de qualidade. Em muitos casos, a escola do campo ainda apresenta defasagens em relação às instituições urbanas, o que pode ser explicado pela escassez de investimentos, sobretudo na formação de profissionais capacitados para o uso da Libras em sala de aula e na contratação de intérpretes.

Mas, apesar dessas circunstâncias, quanto à inclusão de alunos surdos, na educação do campo pode haver uma maior facilidade, como visto. Isso se deve à relação de proximidade da comunidade escolar. Além disso, como observado, é de suma importância que a educação do campo se torne bilíngue e favoreça a realidade do campo.

Por fim, compreendeu-se que a presença de alunos surdos em salas regulares traz benefícios para todos. Diante disso, é de fundamental importância que esses estudantes estejam incluídos nas escolas e, mais do que isso, que a instituição seja um espaço aberto e preparado para recebê-los, promovendo também o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Portanto, esta pesquisa pode servir de base para futuros estudos na área da Libras e da Educação do Campo, de modo a promover reflexões sobre as discussões que envolvem a integração da Libras nesse contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. V. **Manual da Língua de Sinais Brasileira**: um guia prático para professores e intérpretes de Libras. Ed. UFSC, 2017.

BARROS, A.; JÚNIOR, L.; CASSIANO, P. **A Inclusão do Surdo na Educação Básica**. Editora Arara Azul. 24ed. 2018. Disponível em: <https://editoraararaazul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/7%C2%BA%20Artigo%20da%20Revista%204%20de%20BARROS%2C%20CAGNON%20e%20CASSIANO.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Presidência da República Casa Civil** Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 24 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 6 de julho de 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 06 de julho de 2015.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7. n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CAMURÇA, D. O.; SILVA, K. P. **Inclusão: Um Olhar Sobre a Prática da Língua Brasileira de Sinais - Libras nas Escolas do Campo**. 2015. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia), UFPB, João Pessoa-PB, 2015.

CLARK, O. A. C.; CASTRO, A. A. A Pesquisa. **Pesqui Odontol Bras**. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pob/a/Y7Zwy8rNNVf6TS6Sv78v6SN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 maio de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

FARIA, E. M. B. *et al.* **Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo**. In: DORZIAT, A. Estudos surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCELINO, V. A. **Educação do Campo: Conflitos e Desafios na Educação de Surdos**. 2020. 26 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Libras-EAD), Instituto Federal da Paraíba, MARI-PB, 2021.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas. v. 26. n. 69. p. 163-184, maio/ago. 2006.

LEITE, T. C.; SANTOS, N. J. M. **A Escola do Campo e os Surdos Camponeses: Impasses e Possibilidades Frente à Inclusão Escolar**. Disponível em: [file:///C:/Users/CPU/Downloads/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID6438_31082017202700%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/CPU/Downloads/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID6438_31082017202700%20(2).pdf). Acesso em: 10 de set. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, C. V. M.; SOARES, D. S. V. **Surdez Em Foco: Uma Experiência Em Escola do Campo**. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Regional_Santa_Maria_2013-5-1.pdf. Acesso em: 10 de set 2023.

MOTA, D. S. Educação de Surdos no Contexto Rural: A Realidade de Uma escola Inclusiva. **Revista Educação e Ciências Sociais**, Salvador, n.3, v. 2, p. 154-166, 2019.

SOUZA, M. A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

BORGES, M. J. L; SILVA, D. P; CARVALHO, L. A. Libras na Educação do Campo: Um Passo para a Inclusão. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 10, art. 5, p. 100-117, out. 2025.

Contribuição dos Autores	M. J. L. Borges	D. P. Silva	L. A. Carvalho
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X